



RESOLUÇÃO Nº XXXX - CONSUP/IFAM de XX de maio de 2022

Regulamento para participação de docentes, em regime de dedicação exclusiva, na realização de atividades esporádicas remuneradas em assuntos de suas respectivas especialidades, no âmbito do Instituto Federal do Amazonas, Processo nº 23443.004380/2022-61.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, no uso de suas atribuições legais conferidas § 3º do artigo 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em caráter *Ad Referendum* o REGULAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORÁDICAS REMUNERADAS POR DOCENTES DO QUADRO PERMANENTE DO IFAM EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, na forma do anexo.

Art. 2º Determinar à Diretoria de Gestão de Pessoas a publicidade e treinamento no deste regulamento no âmbito do Instituto Federal do Amazonas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data

JAIME CAVALCANTE ALVES

REITOR PRÓ-TEMPORE



REGULAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORÁDICAS REMUNERADAS POR DOCENTES DO QUADRO PERMANENTE DO IFAM EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento normatiza a execução de atividade esporádica de docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE), com percepção de retribuição pecuniária, com base na Lei nº 12.772/2012, com as alterações dispostas nas Leis 12.863/2013 e 13.243/2016, em consonância com as Leis nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (artigos 8º e 9º), ~~Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 (artigo 20º)~~, Decreto Nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§1º Conceitua-se como atividade esporádica executada por docente do IFAM em RDE como sendo atividades não institucionais desenvolvidas a ente distinto do IFAM, em assuntos de sua área de atuação docente ou de sua especialidade, caracterizadas por:

- I - Participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente, conforme inciso VIII do artigo 21 da Lei nº 12.772/2012
- II - Colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, conforme inciso XII do artigo 21 da Lei nº 12.772/2012.

§2º As atividades esporádicas descritas no parágrafo 1º e outras atividades que impliquem em retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958/1994, não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a 8 (oito) horas semanais ou a 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais, em conformidade ao parágrafo 4º do inciso XII do cap. 21 da Lei 12.772/2012.

§3º As atividades de que trata o inciso I do parágrafo 1º não excederão, no total, a 30 (trinta) horas anuais, conforme parágrafo 1º do inciso XII do cap. 21 da Lei 12.772/2012.

§4º As atividades de que trata o parágrafo 1º serão consideradas institucionais se desenvolvidas por instituições públicas ou fundações/organizações sem fins lucrativos, desde que estas possuam convênio de parceria/colaboração com o IFAM.

§5º O limite de valor de remunerações das atividades de que trata o parágrafo 1º serão conforme valores de mercado, desde que não excedam cumulativamente, mensalmente, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do Art. 3º, inciso XI da Constituição Federal.

§6º As condições de pagamento de remunerações serão de comum acordo entre partes, conforme legislação vigente, com emissão de Nota Fiscal de Serviços, quando for o caso, cabendo ao docente o pagamento de taxas e impostos relativos à prestação de serviço.



§7º São exemplos de atividades esporádicas requeridas pelos docentes: participação em bancas de avaliação em instituições públicas ou privadas, elaboração de laudos de perícias judiciais, pareceres a órgãos de representação, cursos de capacitação na área de formação ou conhecimento do docente, módulos de pós-graduação na área de formação do docente, conferências, palestras ou participações em mesas redondas, atividades artísticas ou culturais, elaboração de questões para exames vestibulares, correção de redação de processos seletivos em entidades públicas ou privadas, revisão editorial de obras bibliográficas, produção de material didático, pedagógico ou audiovisual, consultoria em pareceres técnicos, avaliação de enquadramento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, entre outras.

CAPITULO II

DAS QUESTOES ASSOCIADAS AO REGIME DE TRABALHO DOCENTE

Art. 2º A colaboração esporádica remunerada, por parte de docente submetido a regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, em assuntos de sua especialidade, deve ser caracterizada como atividade eventual, contingenciada, não regular e de duração prevista, não deve gerar contrato de trabalho ou vínculo empregatício de qualquer natureza com a pessoa ou entidade pública ou privada a qual forem prestados os serviços.

§1º A colaboração esporádica deve ser realizada pelo docente além de suas atividades institucionais e de sua carga horária e não deve ocasionar prejuízos em suas atividades no instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

§2º A colaboração esporádica deve proporcionar retomo a instituição, na linha de intercâmbios culturais, técnicos e científicos e/ou na propagação construtiva do nome, da capacidade e competência da Instituição.

CAPITULO III

DA SOLICITAÇÃO, AUTORIZAÇÃO, PRAZO E RECURSO

Art. 3º. O pedido de atividade esporádica deverá ser solicitado com pelo menos 15 dias corridos de antecedência, em processo eletrônico, por meio de formulário próprio, instruído com as seguintes informações e documentos:

- I - Nome e endereço da entidade demandante da atividade;
- II - Objeto, carga horária semanal de trabalho, duração e o local de realização da atividade;
- III - Especificação do retomo para o IFAM, de ordem institucional, pedagógica, material, de imagem ou financeira;
- IV - Declaração de que não haverá prejuízo das atividades do docente solicitante;
- V - Documento ou e-mail formalizando a solicitação de colaboração ou participação esporádica do docente, emitido pela entidade ou pessoa demandante.

§1º O processo deverá ser tramitado para a chefia imediata do docente, que, estando de acordo com o pedido, deverá encaminhá-lo para autorização da Direção Geral do Campus.

§2º A autorização da atividade, por parte da chefia imediata e Direção Geral deverá ocorrer em até sete dias corridos após o pedido e justificada em despacho no caso de não autorização.



§3º Uma vez autorizada a atividade, o processo deve ser encaminhado para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Campus, para providências necessárias quanto as questões de atualização do prontuário do docente e acompanhamento.

§4º Caso ocorra negação de execução da atividade, o processo deverá ser devolvido ao docente, que poderá solicitar recurso à Reitoria, que em após análise tomará a decisão final sobre a autorização.

§5º Na situação de aprovação da atividade pela Reitoria, o processo deve ser encaminhado para a Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Campus, para providências necessárias quanto às questões de atualização do prontuário do docente e acompanhamento, e no caso de não aprovação, deverá ser dado ciência ao docente.

§6º Em caráter excepcional, a atividade esporádica poderá ser autorizada sem a observância do prazo mínimo de solicitação (15 dias), com a devida justificativa por parte do docente no formulário.

CAPITULO IV

DAS RESTRIÇÕES, RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

Art. 4º. É vedada a autorização de atividade esporádica nos casos em que o docente:

- I - estiver cumprindo pena de suspensão;
- II - estiver em licença para tratamento de saúde.

Art. 5º. É vedada a utilização direta ou indireta da infraestrutura e recursos do IFAM na execução de atividades esporádicas.

Art. 6º. É vedado, com recurso institucional, o pagamento de passagens e diárias previstas no art. 58 da Lei nº 8.112/90, para o desenvolvimento das atividades esporádicas.

Art. 7º. O exercício de qualquer colaboração ou participação esporádica de docente do IFAM, sem autorização prévia, importa em falta grave punível na forma da legislação em vigor.

§ 1º Caberá ao servidor docente o controle do limite de horas e atividades desempenhadas pelo mesmo em atividades esporádicas.

§ 2º O docente não poderá extrapolar da carga horária anual máxima preconizada sob pena de processo administrativo disciplinar e igualmente de reembolso ao erário público.

Art. 8º. Verificada a quebra do Regime de Dedicção Exclusiva através do competente processo administrativo disciplinar, assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa ao servidor investigado, a referida transgressão, se comprovada, obrigatoriamente, implicara na reposição ao erário das importâncias recebidas a título de incentivo pela Dedicção Exclusiva, sem prejuízo da apuração de eventual sanção administrativa, por infração às Leis nº 8.112/90, 12.772/2012, 8.429/1992 e demais dispositivos conexos e correlatos.

Parágrafo único - A transgressão ao Regime de Dedicção Exclusiva caracteriza ato de improbidade administrativa, punível na forma da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e do art. 132, IV, da Lei nº 8.112, de 1990.



CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Os casos omissos serão encaminhados a apreciação da Reitoria do IFAM, cabendo, em caso de divergência do interessado, a interposição do recurso ao Conselho Superior.

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADE OU COLABORAÇÃO
ESPORÁDICA POR DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

1. Docente Solicitante

Nome:	
Telefone:	Celular:
E-mail:	
Área/Departamento.	
Campus:	
CPF:	SIAPE:
Carga horária semanal ¹ : (h)	Carga horária total ² ; (h)

¹ Informar a carga horária semanal que será dedicada à atividade

² Informar a carga horária total que será dedicada à atividade

2. Instituição Demandante

Nome Empresarial/Fantasia:	
CNPJ:	Email:
Telefone:	Celular:
Endereço Completo:	
Descrição da atividade principal da Instituição:	
Nome do Representante Legal:	
CPF:	SIAPE:



3. Dados da Atividade

3.1 Tipo de Atividade

(conforme inciso XII do art. 21 da Lei nº 12.772/2012)
(conforme inciso VIII do art. 2º da Lei nº 12.772/2012)

3.2 Detalhamento da Atividade

Orientação: Apresentação: Apresente um breve histórico de como surgiu a demanda e porque a instituição demandante buscou o docente solicitante. Explique claramente os objetivos e o que consiste esta atividade, liste as ações que serão realizadas e quais as entregas. Informe qual a área de conhecimento científico e tecnológico que esta atividade está relacionada. Demonstre que esta atividade se enquadra no tipo de atividade indicada no quadro anterior (3.1) e que a atividade está vinculada à sua área de especialidade. Utilize o campo abaixo para preenchimento. Máximo de duas páginas.

3.3 Retorno para o IFAM

Orientação: Descreva, qualifique ou quantifique o retorno ao IFAM com a realização da atividade, na forma de intercâmbios culturais, técnicos ou científicos, ou na propagação do nome, capacidade e competências do IFAM, ou relacionadas aos objetivos e finalidades dos Institutos Federais. Utilize o campo abaixo para o preenchimento. Máximo de 30 linhas.

3.4 Período e Horário de Realização

Data de início (dd/mm/aa):

Data de término (dd/mm/aa):

Liste os dias da semana e os horários em que serão realizadas as atividades:

Ex.: Segunda-feira (05/03/2022) das 18h00 às 22h00

3.5 Local de Execução da Atividade

Informe detalhadamente o local de execução da atividade



4. Declaração

O docente solicitante deverá declarar concordância com todos os termos listados abaixo para que seja dado prosseguimento a tramitação deste requerimento de autorização:

Declaro que a atividade, objeto do presente requerimento de autorização, será por mim realizada além das 40 horas de trabalho como **servidor** do IFAM, não ocasionando qualquer prejuízo das minhas atividades docentes e nem comprometendo o Plano de Metas do IFAM.

Declaro que a atividade que desenvolverei é esporádica, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza com a contratante e está relacionada à minha especialidade técnico-científica.

Declaro que a execução da atividade não prevê a utilização direta ou indireta da infraestrutura e recursos do IFAM.

Declaro que não haverá transferência de informações sigilosas ou protegidas por instrumento jurídico ou por direito de propriedade intelectual de titularidade do IFAM.

Declaro que a soma da minha remuneração (bolsas e pagamento de serviços prestados) não excederá, mensalmente, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do Art. 3º, inciso XI da Constituição Federal.

5. Anexos

O docente solicitante deverá anexar o documento listado abaixo e incluir demais documentos que julgar pertinente:

- Documento ou E-mail formalizando a solicitação de colaboração ou participação esporádica do docente, emitido pela entidade e/ou pessoa demandante.

Outros (listar se for o caso):